RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011

Justiça Eleitoral

PLANO PLURIANUAL
2008-2011

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Justiça Eleitoral

EXERCÍCIO 2009

ANO BASE 2008

Brasília
2009

ÍNDICE

Apresentação

Sumário Executivo

Avaliação dos Programas

Gestão do Processo Eleitoral

Anexo I - Execução Física e Financeira

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008, que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-20011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação do programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

No tocante ao programa de responsabilidade da Justiça Eleitoral – 0570 – Gestão do Processo Eleitoral, em 2008 destaca-se o elevado percentual de execução orçamentária, comprovando a eficiência na utilização dos recursos alocados no Órgão para a consecução de iniciativas como a realização das Eleições Municipais de 2008, a prestação jurisdicional e o acesso da sociedade à democracia e cidadania.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2008, do total previsto para o(a) Justiça Eleitoral (JE), foram utilizados **R$ 4.255.320.178,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.347.714.938,00	Empenho Liquidado[1]:	R$ 4.255.320.178,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 4.255.320.178,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

Além disso, do total de **R$ 218.721.164,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2007, foram executados **R$ 174.353.147,00**, ou seja, **79,71 %**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do(a) **Justiça Eleitoral (JE)**, no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2008		
		Previsto	Realizado *	%
Finalístico	0570 Gestão do Processo Eleitoral	3.581.204.949,00	3.513.581.070,00	98,11
Total Finalístico		**3.581.204.949,00**	**3.513.581.070,00**	**98,11**
Total Geral		**3.581.204.949,00**	**3.513.581.070,00**	**98,11**

* Valores Executados (liquidado) em 2008. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no "valor total do órgão" são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.

AVALIAÇÃO SETORIAL

Objetivos Setoriais

Nenhum Objetivo Setorial Cadastrado

Principais Resultados

Acima do esperado, em decorrência do sucesso apresentado na realização das eleições municipais de 2008 e pelo incremento da prestação jurisdicional em relação a anos anteriores.

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Gestão do Processo Eleitoral

Gerente do Programa

Miguel Augusto Fonseca de Campos

Objetivo

Propiciar a realização de pleitos eleitorais e aperfeiçoar os níveis de atendimento jurisdicional

Público-Alvo

Eleitores, partidos políticos e sociedade

Execução do Programa

Quadro Síntese da Execução Financeira

Autorizado (LOA + Créditos): R$3.581.204.949,0	Empenhado Liquidado: R$3.513.581.070,00 Pago Estatais: - Total: R$3.513.581.070,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Adequação do Almoxarifado Central do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - 1O79[2] (Terreno adquirido/UNIDADE)	1,00	-	-	-	-	-
Adequação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Acre - 116O (-/-)	-	-	-	32.200,00	29.467,00	0,92
Ampliação de Cartórios Eleitorais - 5451 (-/-)	6,00	1,00	0,17	1.389.682,00	1.338.559,00	0,96
Ampliação de Cartórios Eleitorais - 5451 (CARTÓRIO AMPLIADO/UNIDADE)	6,00	1,00	0,17	1.389.682,00	1.338.559,00	0,96
Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá - AP - 11SK (Imóvel ampliado/% de execução física)	71,00	12,53	0,18	3.310.000,00	3.310.000,00	1,00
Aquisição de Imóveis para Cartórios Eleitorais - 7217 (-/-)	8,00	-	-	19.209.154,00	9.944.153,00	0,52
Aquisição de Imóveis para Cartórios Eleitorais - 7217 (IMOVEL ADQUIRIDO/UNIDADE)	8,00	-	-	19.209.154,00	9.944.153,00	0,52
Aquisição de Imóvel para Edifício Anexo à Sede do TRE - PE - 116N (Imóvel adquirido/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	4.000.000,00	4.000.000,00	1,00

Aquisição de Imóvel para Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais - 1O80 (Edifício adquirido/UNIDADE)	-	-	-	-	-	-
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	37.932,00	35.919,50	0,95	58.397.098,00	58.273.190,00	1,00
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	3.590,00	3.292,83	0,92	16.635.027,00	15.599.819,00	0,94
Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração - 2365 (Sistema Implantado /UNIDADE)	455.157,00	457.700,00	1,01	196.468.028,00	196.468.028,00	1,00
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	15.600,00	15.469,77	0,99	101.521.903,00	99.001.174,00	0,98
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	2.705,00	2.001,50	0,74	4.797.842,00	3.916.930,00	0,82
Capacitação de Recursos Humanos - 4091 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	12.785,00	19.102,00	1,49	11.774.775,00	10.829.231,00	0,92
Construção de Anexo ao Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - 7E46 (Anexo construído /% de execução física)	60,00	-	-	2.025.520,00	2.025.520,00	1,00
Construção de Anexo ao Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - PR - 1C29 (-/-)	-	-	-	450.000,00	450.000,00	1,00
Construção de Cartórios Eleitorais - 5439 (-/-)[3]	30.076,00	12,15	-	26.282.932,00	23.245.836,00	0,88
Construção de Cartórios Eleitorais - 5439 (CARTORIO CONSTRUIDO/UNIDADE)[2]	30.076,00	12,15	-	26.282.932,00	23.245.836,00	0,88
Construção de Edifício-Anexo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - 1P30 (edifício construído/% de execução física)	100,00	-	-	472.000,00	472.000,00	1,00
Construção de Edifício-Anexo do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso - 10F4 (-/% de execução física)	100,00	6,23	0,06	927.517,00	927.517,00	1,00

Construção de Imóveis para Armazenamento de Urnas Eletrônicas - 7219 (Imóvel construído /UNIDADE)	2,00	-	-	660.000,00	557.754,00	0,85
Construção de Imóveis para Armazenamento de Urnas Eletrônicas - 7219 (IMOVEL CONSTRUIDO/UNIDADE)	2,00	-	-	660.000,00	557.754,00	0,85
Construção de Sede para Cartório Eleitoral e Armazenamento de Urnas Eletrônicas - 7223 (-/-)	-	-	-	737.220,00	708.699,00	0,96
Construção do anexo I da sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe - 1P20 (Anexo construído /% de execução física)	67,00	-	-	2.430.000,00	2.430.000,00	1,00
Construção do Anexo III do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Pará - 1C28 (edifício construído/% de execução física)	33,00	-	-	1.000.000,00	1.000.000,00	1,00
Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará - 1P75 (edifício construído/% de execução física)	4,00	-	-	712.090,00	499.168,00	0,70
Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte - 7813 (edifício construído/% de execução física)	42,00	0,80	0,02	4.110.000,00	4.110.000,00	1,00
Construção do Edifício-Sede do Tribunal Superior Eleitoral em Brasília - 7125 (edifício construído/% de execução física)	14,00	30,20	2,16	98.000.000,00	98.000.000,00	1,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	-	-	-	296.014.275,00	292.192.171,00	0,99
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - 20AK (-/-)	-	-	-	-	-	-

Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União - 0C04 (-/-)	-	-	-	-	-	-
Divulgação dos Atos do Poder Judiciário e dos Serviços Essenciais à Justiça - TV Justiça - 2058 (PROGRAMA VEICULADO/hora)	209,00	166,00	0,79	11.700.000,00	11.700.002,00	1,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	2.301.241.829,00	2.274.499.633,00	0,99
Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - 7832 (SISTEMA IMPLANTADO/% de execução física)	1,00	2,50	2,50	1.240.000,00	1.223.785,00	0,99
Pagamento de despesas decorrentes do enquadramento previsto no art. 22 da Lei no 11.416, de 15 de dezembro de 2006, no âmbito do Poder Judiciário - 20AN (-/-)	-	-	-	-	-	-
Pleitos Eleitorais - 4269 (eleição realizada/UNIDADE)	2,00	2,00	1,00	414.065.857,00	395.392.476,00	0,95
Reforma de Cartórios Eleitorais - 2E17 (Imóvel reformado /UNIDADE)	5,00	6,00	1,20	1.600.000,00	1.435.958,00	0,90
Índice médio geral de realização			**0,53**			**0,92**

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Ampliação da Central de Atendimento ao Eleitor e Cartórios Eleitorais - 1C26 (Imóvel ampliado/UNIDADE)	-	-	-	637.914,00	625.319,00	0,98
(RAP 2007) Ampliação de Cartórios Eleitorais - 5451 (CARTÓRIO AMPLIADO/UNIDADE)	-	-	-	654.456,00	573.517,00	0,88
(RAP 2007) Ampliação de Prédio para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Rio de Janeiro - RJ - 104T (Prédio ampliado em 4.250 m²/% de execução física)	-	-	-	726.232,00	605.864,00	0,83

(RAP 2007) Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá - AP - 11SK (-/-)	-	-	-	1.032.570,00	1.032.570,00	1,00
(RAP 2007) Aquisição de Imóveis para Cartórios Eleitorais - 7217 (IMOVEL ADQUIRIDO/UNIDADE)	-	-	-	4.544.550,00	4.356.650,00	0,96
(RAP 2007) Aquisição de Imóveis para Cartórios Eleitorais - 7217 (Imóvel adquirido/UNIDADE)	-	-	-	4.544.550,00	4.356.650,00	0,96
(RAP 2007) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	2.809.296,00	2.610.656,00	0,93
(RAP 2007) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança de 0 a 6 anos atendida/UNIDADE)	-	-	-	489.131,00	35.313,00	0,07
(RAP 2007) Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração - 2365 (Sistema Implantado /UNIDADE)	-	-	-	6.598.310,00	6.270.418,00	0,95
(RAP 2007) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	348.954,00	22.316,00	0,06
(RAP 2007) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	220.954,00	70.874,00	0,32
(RAP 2007) Capacitação de Recursos Humanos - 4091 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	964.814,00	834.011,00	0,86
(RAP 2007) Construção de Anexo ao Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - PR - 1C29 (Anexo construído com 3000 m²/% de execução física)	-	-	-	7.327.555,00	7.245.806,00	0,99
(RAP 2007) Construção de Cartórios Eleitorais - 5439 (-/-)	-	-	-	26.521.556,00	19.608.814,00	0,74

(RAP 2007) Construção de Cartórios Eleitorais - 5439 (CARTORIO CONSTRUIDO/UNIDADE)	-	-	-	26.521.556,00	19.608.814,00	0,74
(RAP 2007) Construção de Cartórios Eleitorais - 5439 (Cartório construído/UNIDADE)	-	-	-	26.521.556,00	19.608.814,00	0,74
(RAP 2007) Construção de Edifício-Anexo do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso - 10F4 (-/-)	-	-	-	5.557.733,00	5.557.217,00	1,00
(RAP 2007) Construção de Imóveis para Armazenamento de Urnas Eletrônicas - 7219 (Imóvel construído /UNIDADE)	-	-	-	2.721.905,00	2.042.940,00	0,75
(RAP 2007) Construção de Imóveis para Armazenamento de Urnas Eletrônicas - 7219 (Imóvel construído /UNIDADE)	-	-	-	2.721.905,00	2.042.940,00	0,75
(RAP 2007) Construção de Imóvel para Cartórios Eleitorais, Central de Atendimento e Armazenamento de Urnas Eletrônicas - 1A03 (-/-)	-	-	-	2.795.198,00	2.790.250,00	1,00
(RAP 2007) Construção de Imóvel para Cartórios Eleitorais, Central de Atendimento e Armazenamento de Urnas Eletrônicas - 1A03 (Imóvel construído /UNIDADE)	-	-	-	2.795.198,00	2.790.250,00	1,00
(RAP 2007) Construção de Imóvel para Cartórios Eleitorais, Central de Atendimento e Armazenamento de Urnas Eletrônicas - 1A03 (Imóvel construído /UNIDADE)	-	-	-	2.795.198,00	2.790.250,00	1,00
(RAP 2007) Construção de Imóvel para Depósito de Materiais - 1I40 (Imóvel construído com 1.598 m²/% de execução física)	-	-	-	577.577,00	577.576,00	1,00
(RAP 2007) Construção de Sede para Cartório Eleitoral e Armazenamento de Urnas Eletrônicas - 7223 (-/-)	-	-	-	403.286,00	400.618,00	0,99

(RAP 2007) Construção de Sede para Cartório Eleitoral e Armazenamento de Urnas Eletrônicas - 7223 (SEDE CONSTRUÍDA/UNIDADE)	-	-	-	403.286,00	400.618,00	0,99
(RAP 2007) Construção de Sede para Cartório Eleitoral e Armazenamento de Urnas Eletrônicas em Maceió - AL - 104O (SEDE CONSTRUÍDA/UNIDADE)	-	-	-	232.932,00	31.708,00	0,14
(RAP 2007) Construção do Anexo do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo - 5223 (Anexo Construído com 3.500m²/% de execução física)	-	-	-	118.325,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Construção do Anexo III do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Pará - PA - 1C28 (Anexo construído com 1435 m²/% de execução física)	-	-	-	1.500.000,00	545.812,00	0,36
(RAP 2007) Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte - 7813 (Sede construída com 13.000 m²/% de execução física)	-	-	-	1.457.717,00	1.457.717,00	1,00
(RAP 2007) Construção do Edifício-Sede do Tribunal Superior Eleitoral em Brasília - 7125 (Sede construída com 52.537 m²/% de execução física)	-	-	-	15.717.670,00	15.716.023,00	1,00
(RAP 2007) Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	-	-	-	13.130.289,00	2.074.869,00	0,16
(RAP 2007) Divulgação dos Atos do Poder Judiciário e dos Serviços Essenciais à Justiça - TV Justiça - 2058 (PROGRAMA VEICULADO/hora/ano)	-	-	-	1.804.833,00	863.571,00	0,48
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	114.748.144,00	94.100.005,00	0,82

(RAP 2007) Pleitos Eleitorais - 4269 (eleição realizada/UNIDADE)	-	-	-	545.367,00	413.713,00	0,76
Índice médio geral de realização			-			**0,74**

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Prazo Médio de Votação Por Eleitor - Segundo	60,000	27/10/2002	40,000	04/2009	0,000	Alta

Fonte: Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral

Medidas corretivas necessárias: O índice refere-se a anos eleitorais e por isso não houve previsão para 2011. Contudo, em virtude de possíveis eleições suplementares nesse ano, informamos que o Prazo Médio de Votação por Eleitor deve subir de 40 para 95 segundos. O aumento é consequência da previsão de inserção de novas telas no processo eletrônico de votação.

Prazo Médio de Apuração Eleitoral - Hora	4,000	27/10/2002	9,000	04/2009	0,000	Alta

Fonte: Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral

Medidas corretivas necessárias: O índice será revisto.
A estimativa de 4 horas é para definição do resultado da eleição e não para finalização das apurações em todo o território nacional.
Em 2008 obteve-se a apuração mais rápida de toda a história da Justiça Eleitoral.

O índice refere-se a anos eleitorais e por isso não houve previsão para 2011. Diz respeito à apuração da totalidade dos votos e, por analogia, pode ser entendido como meta a ser atingida também em 2011, quando da realização de possíveis eleições suplementares. Esta Justiça Eleitoral estudará a necessidade de novo indicador de mensuração anual na fase de planejamento orçamentário para 2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa Gestão do Processo Eleitoral contempla os meios materiais e financeiros necessários para o desenvolvimento das ações voltadas a materialização da jurisdição eleitoral em todo o País, estando agrupado em um único programa as ações fins e as meios, pois estas guardam grande relação

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

Realização das Eleições Municipais de 2008
Prestação Jurisdicional
Acesso da Sociedade à Democracia e Cidadania

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Realização com sucesso das eleições municipais de 2008 e incremento

da prestação jurisdicional em relação a anos anteriores.

2. Grau de Contribuição dos Resultados do Programa para o Alcance do Objetivo Setorial

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa:

Grau de Contribuição dos Resultados do Programa para o Alcance do Objetivo Setorial: Acima do esperado

Justificativa: Os resultados alcançados com o Programa coincidem com o objetivo setorial definido.

3. Cobertura do Público Alvo

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

Cobertura do Público Alvo: Dentro do esperado

Justificativa: Os serviços da Justiça Eleitoral foram colocados à disposição de toda a sociedade e os benefícios foram sensíveis a todo o público-alvo definido pelo Programa.

4. Satisfação dos Beneficiários

O Programa Avalia a Satisfação dos Beneficiários? Sim

Grau de Satisfação do Usuário: Muito Satisfeito

Justificativa: As pesquisas revelam o reconhecimento da sociedade brasileira pelos serviços prestados pela Justiça Eleitoral.

Mecanismos Utilizados e Conseqüências para o Aperfeiçoamento do Programa: Pesquisa de opinião.

5. Desenho do Programa Quanto aos Temas Transversais (Raça, Gênero, Pessoa com Deficiência e/ou Criança e Juventude)

Os Temas Transversais estão Contemplados no Âmbito do Programa? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Raça: Não há atuação de forma direta, porém, o Programa abrange toda a sociedade, sem enfocar um ou outro tema de maneira específica.

Pessoa com Deficiência: Não há atuação de forma direta, porém, o Programa abrange toda a sociedade, sem enfocar um ou outro tema de maneira específica.

Gênero: Não há atuação de forma direta, porém, o Programa abrange toda a sociedade, sem enfocar um ou outro tema de maneira específica.

Criança e Juventude: Não há atuação de forma direta, porém, o Programa abrange toda a sociedade, sem enfocar um ou outro tema de maneira específica.

6. Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa Apresenta Mecanismos de Promoção da Participação Social? Sim

Audiência Pública: Mediante Protocolo de Ação Conjunta com a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, foram realizadas, durante a fase preparatória das Eleições Municipais de 2008, 1.470 audiências públicas, mobilizando cerca de 1.000 juízes eleitorais de todas as Unidades da Federação. A iniciativa objetivou aproximar os juízes de suas comunidades e esclarecer a população acerca do conteúdo da legislação eleitoral, especialmente no que diz respeito à segurança do voto e aos meios de combate à corrupção da vontade do eleitor.

Consulta Pública: Realização de reunião dos Ministros do TSE com os Presidentes Nacionais dos Partidos Políticos para discussão sobre as Eleições Municipais de 2008.

Reunião com grupos de interesse: Diversas reuniões do Presidente do TSE com os Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, antes do primeiro turno das Eleições 2008, entre o primeiro e o segundo turno dessas mesmas eleições, e depois do segundo turno, para acompanhamento, orientação e avaliação do pleito municipal.
Diversas reuniões e Protocolos de Cooperação, com Associações de Magistrados, com o Colégio de Presidentes dos Tribunais Eleitorais, com o Colégio de Corregedores dos Tribunais Eleitorais, com a Ordem dos Advogados do Brasil, o Movimento Todos pela Educação, com a Transparência Brasil, Associação de Jornais e outras entidades.
Acordos de Cooperação com a Receita Federal do Brasil, Banco Central do Brasil, Tribunal de Contas da União e outros órgãos públicos de Controle.

Projetos como Eleitor do Futuro, Justiça Itinerante, Mesário Voluntário, que buscam disseminar a Democracia e a Cidadania pela sociedade, intensificando a participação popular no processo eleitoral.
Campanha Eleições Limpas, em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Diversas sugesões para o aprimoramento do processo eleitoral brasileiro.
Maior integração com a sociedade.

Notas:

1. O empenho liquidado considerado pela metodologia do relatório gerado por meio do SIGPlan contempla a liquidação dos restos a pagar não-processados de 2007 no exercício objeto da avaliação.

2. A previsão de execução física registrada no SIGPlan na ação 1O79 - Adequação do Almoxarifado Central do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo possui equívoco em seu registro, no qual não foi considerada a redução de um imóvel adequado. Portanto, o valor a ser considerado como meta física da referida ação é zero.

3. A previsão de execução física registrada no SIGPlan na ação 5439 – Construção de Cartórios Eleitorais possui equívoco em seu registro, no qual foram acrescentados, durante solicitação de crédito via SIDOR, 30.000 unidades que, na verdade, dizem respeito ao valor em reais do crédito. Portanto, ao avaliar a execução física da ação, tal valor deve ser desconsiderado.